

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 01 de agosto de 2019 às 08h10
Seleção de Notícias

O Globo | BR

Marco regulatório | Anvisa

Preconceito atrasa a obtenção de medicamento derivado da maconha 3
OPINIÃO

Correiobraziliense.com.br | BR

31 de julho de 2019 | Pirataria

Polícia Civil deflagra operação contra a pirataria na Feira dos Importados 4
CIDADE

G1 - Globo | BR

31 de julho de 2019 | Inovação

Justiça autoriza que produtores de soja de 10 estados participem de ação que pede anulação de patente da Bayer 5
AGRONEGÓCIOS

O Globo Online | BR

31 de julho de 2019 | Marco regulatório | Anvisa

Presidente da Anvisa diz que sociedade deve decidir sobre cannabis medicinal 7
SOCIEDADE | DANIEL GULLINO

Monitor Mercantil Digital online | RJ

31 de julho de 2019 | Marco regulatório | INPI

Senado começa analisar redução no prazo da patente de remédios 9

Zero Hora - Últimas Notícias | RS

31 de julho de 2019 | Marco regulatório | Anvisa

Anvisa realiza nesta quarta audiência pública sobre a liberação do cultivo de Cannabis medicinal e científico 11

Preconceito atrasa a obtenção de medicamento derivado da maconha

OPINIÃO

A aplicação terapêutica do canabidiol enfrenta entraves de cunho ideológico

A História é repleta de exemplos em que preconceitos barram o avanço da Ciência. O que foi uma característica da Idade Média, quando crenças religiosas serviam de obstáculos ao progresso, está presente hoje em dia travestido de interdições ideológicas, mesmo quando elas prejudicam terapias medicinais.

No Brasil, por exemplo, transcorreu a luta pela aceitação do uso do canabidiol, derivado da cannabis sativa, a maconha, de aplicação comprovadamente terapêutica.

Famílias com crianças vítimas de convulsões passaram a usar o canabidiol por prescrição médica, e com bons resultados. A substância também alivia dores, induz relaxamento muscular, é indicada em casos de esclerose múltipla, entre outros.

O estigma da substância, em decorrência da sua origem, porém, levou a burocracia a erguer barreiras à importação do produto. Até que depois de muita luta a Agência de Vigilância Sanitária ([Anvisa](#)) passou a liberar importações controladas.

Um obstáculo vencido. Mas há outros. Pedidos entregues à [Anvisa](#) para o cultivo da cannabis com a finalidade de se obter o canabidiol recebem oposição cerrada do ministro da Cidadania, Osmar Terra.

Ele é conhecido crítico radical da descriminalização

do uso de drogas e, por conseguinte, do método de redução de danos no tratamento de adictos, sem que todos os usuários sejam obrigados a passar por períodos de abstinência compulsória, detidos em centros ditos de reabilitação.

Em junho, a [Anvisa](#) aprovou dois requerimentos de cultivo de maconha para fins medicinais. Por isso, Terra acusa o presidente da [Anvisa](#), William Dib, de apoiar a liberação da erva para uso recreativo. O que por sinal já ocorreu no Uruguai e em vários estados americanos.

O ministro chega, inclusive, a defender o fechamento da agência, pelo fato de ela "estar enfrentando o governo".

Osmar Terra prefere esperar o desenvolvimento do canabidiol sintético, numa pesquisa em andamento no país. Mas por que não permitir a obtenção do canabidiol natural, para uma demanda que já existe, sendo atendida apenas para uma minoria que tem acesso à [Anvisa](#)?

Mesmo depois de obtida a substância sintética, é sensato e racional que se comparem os custos de produção de um e outro produto, bem como a qualidade. Mas a racionalidade na abordagem da questão das drogas não é um ponto forte do governo Bolsonaro. Há curiosidade com o que acontecerá quando o Supremo retomar o julgamento sobre a descriminalização do uso de drogas, da maconha em particular, no qual já há votos favoráveis à não punição de usuários.

Polícia Civil deflagra operação contra a pirataria na Feira dos Importados

CIDADE



falsos, os suspeitos responderão pelos crimes de violação à propriedade de marca. A operação foi deflagrada após três meses de investigação e as próprias produtoras dos itens fizeram denúncia. O delegado à frente do caso, Marcelo Portela, ressalta que cerca de 5 toneladas de bolsas foram apreendidas. "Agora, vamos investigar a origem desse produto. Precisamos saber se ele foi produzido em território nacional ou se veio de fora do país", explica. O investigador ainda destaca que, caso as bolsas tenham entrado no Brasil de forma ilícita, os comerciantes podem ser acusados de contrabando.

Os investigadores cumpriram 14 mandados de busca e apreensão. O foco dos agentes é o combate da comercialização de bolsas falsificadas

As próprias marcas fizeram a denúncia na Polícia Civil (foto: PCDF/Divulgação)

Agentes da Polícia Civil cumpriram 14 mandos de busca e apreensão na Feira dos Importados, no Setor de Indústrias e Abastecimento (SIA). A operação, batizada de Bag, foi deflagrada na manhã desta quarta-feira (31/7) e tem como foco combater comércio de bolsas falsificadas.

A ação policial, da Coordenação de Repressão aos Crimes contra o Consumidor, a Ordem Tributária e a Fraudes (Corf), realizou apreensão em 14 bancas do complexo comercial. Segundo os investigadores, o material apreendido será encaminhado à perícia e os feirantes deverão prestar depoimento na delegacia.

Caso os policiais comprovem que os produtos são

Justiça autoriza que produtores de soja de 10 estados participem de ação que pede anulação de patente da Bayer

AGRONEGÓCIOS

Rede Amazônica Roraima/ Reprodução



Produtores de Mato Grosso iniciaram processo em 2017, alegando que a semente não tinha inovações tecnológicas

Royalties das vendas da semente 'Intacta' deverão ser depositados em juízo, podendo chegar a R\$ 2,7 bilhões por safra. Empresa alemã disse que ainda não foi notificada pela Justiça.

A empresa alemã Bayer, que completou a aquisição da norte-americana Monsanto no ano passado, sofreu um novo revés jurídico após mais agricultores terem sido admitidos em uma ação que contesta a patente de uma das principais sementes de soja do mercado, a "Intacta".

O TRF-1, em Brasília, autorizou produtores de outros 10 estados a se juntarem aos agricultores de Mato Grosso como parte em um processo que contesta a validade da patente "Intacta RR2 PRO", da Monsanto, de acordo com decisões judiciais vistas pela Reuters.

Isso significa que a Bayer, que já havia sido obrigada a depositar royalties recebidos de produtores matogrossenses em uma conta judicial até que o mérito da ação seja julgado, terá de fazer o mesmo com os royalties dos produtores que agora fazem parte da ação, segundo Sidney Pereira de Souza Jr, advogado que representa os produtores de soja, que citou decisões judiciais concedidas em 26 de julho e em 25 de

fevereiro.

Os produtores de Mato Grosso processaram a Monsanto no final de 2017, pedindo o cancelamento da patente da "Intacta", que alegam não possuir quaisquer **inovações** tecnológicas.

A disputa legal ressalta os riscos operacionais para empresas como a Bayer no Brasil, onde companhias enfrentam a perspectiva de outros processos contra patentes, disse Souza.

Recentemente, produtores brasileiros de algodão pediram à Justiça a anulação da patente da Bayer para a semente Bollgard II RR Flex.

Souza disse que os produtores brasileiros estão "mais organizados" e exigentes quanto a saber se a tecnologia que estão comprado é de fato nova.

Os royalties das vendas da "Intacta" em Mato Grosso foram estimados em R\$ 800 milhões (US\$ 211 milhões) por colheita, de acordo com o advogado. Quando os royalties dos produtores dos outros 10 estados estiverem contabilizados, o montante depositado em uma conta judicial pode atingir até R\$ 2,7 bilhões, disse o advogado.

A assessoria de imprensa da Bayer afirmou que a empresa não comentaria especificamente a mais recente decisão judicial, pois ainda não foi formalmente notificada.

A "Intacta RR2 PRO", tolerante a herbicida e que oferece proteção contra insetos, foi a primeira biotecnologia para soja especialmente desenvolvida para o mercado brasileiro, segundo informações oficiais sobre o produto.

Continuação: Justiça autoriza que produtores de soja de 10 estados participem de ação que pede anulação de patente da Bayer

A assessoria disse ainda que a Bayer vem depositando os royalties pagos pelos agricultores mato-grossenses, relativos à safra 2017/18, em uma conta judicial, conforme ordenado pelo juízo do caso em julho de 2018.

Os produtores de Mato Grosso alegam que a Bayer depositou apenas cerca de 4% dos royalties que foram pagos. Souza disse que a última decisão judicial

reiterou uma decisão anterior, que obrigava a firma a depositar 100% do valor.

A Bayer se recusou a informar quanto já depositou.

A proteção de patente para a "Intacta" se estende até outubro de 2022.

Presidente da Anvisa diz que sociedade deve decidir sobre cannabis medicinal

SOCIEDADE



William Dib, diretor-presidente da Anvisa (ao centro), afirmou não querer polemizar com Osmar Terra Foto: Reprodução

William Dib reagiu a críticas do ministro Osmar Terra e afirmou que agência discute medicamento, e não legalização das drogas

BRASÍLIA - Alvo de sucessivas críticas do ministro da Cidadania, Osmar Terra, por seu trabalho para regulamentar o plantio e o uso da cannabis medicinal, o diretor-presidente da **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**), William Dib, afirmou que a "sociedade deve decidir quem tem razão" na disputa.

Dib afirmou que a **Anvisa** discute apenas o medicamento, e não a legalização das drogas, como afirma Terra.

- O papel da **Anvisa** não é causar polêmica, nem com o ministro, muito menos com o governo. Eu tenho certeza de que nós estamos cumprindo nosso papel. Se ele tem essas opiniões, acho que ele tem que externar e a sociedade deve decidir quem tem razão. Não vou polemizar com o ministro, porque eu insisto que a **Anvisa** quer debater medicamento à base de cannabis e ele insiste em discutir o efeito deletério de drogas - afirmou Dib, durante audiência pública realizada pela **Anvisa** para discutir a cannabis medicinal.

Na semana passada, em entrevista ao site "Jota", Os-abpi.empauta.com

mar Terra mencionou a possibilidade de fechar a **Anvisa** caso as regras sejam aprovadas. Nesta quarta, ao jornal "Folha de S.Paulo", classificou a proposta como "um primeiro passo para legalizar a maconha no Brasil".

A Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas está subordinada ao Ministério da Cidadania.

William Dib também comentou as críticas de participantes da audiência que consideram a proposta da **Anvisa** branda demais e pedem mudanças em pontos como o cultivo e o consumo.

O diretor-presidente admitiu que mudanças podem ser feitas, mas voltou a ressaltar que a agência está focada em medicamentos, e não em outros produtos baseados na cannabis.

- Eu acredito que as críticas devem existir, e pode ser até que a gente aperfeiçoe alguma coisa. Mas nós não podemos sair do zero, ou do menos um, e avançar todos os sinais possíveis. Fico preocupado quando as pessoas não leem o projeto e comparam isso com alimento, com chiclete (a base de cannabis). Não há essa possibilidade. Poderia (haver)? Poderia. Mas isso não é programa da **Anvisa**. Queria muito que a sociedade entendesse que o papel da **Anvisa** é medicamento.

Duas resoluções sobre o tema estão sob consulta pública desde junho, até 19 de agosto.

A primeira delas é sobre a liberação do cultivo da cannabis para fins medicinais. Já a segunda, sobre re-

Continuação: Presidente da Anvisa diz que sociedade deve decidir sobre cannabis medicinal

gulação de medicamentos derivados da planta.

vação e imediata implantação.

Dib espera que a tramitação das propostas seja concluídas até outubro.

- A consulta pública vai agregar valores para a gente acrescentar, corrigir, avançar. Com certeza vamos ter um produto final que poderá ser levado à diretora colegiada até o final de outubro para apreciação, apro-

Senado começa analisar redução no prazo da patente de remédios

Siga o Monitor no twitter.com/sigaomonitor

A indústria farmacêutica movimentou bilhões no Brasil. Em 2017, o faturamento chegou a R\$ 69,5 bilhões. Isso corresponde a um aumento de 9,4% em relação às vendas do ano anterior. Esses são os números mais recentes de um levantamento realizado pela Secretaria da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (SCMED). A **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**) exerce o papel de Secretaria-Executiva da Câmara.

Atualmente as indústrias farmacêuticas podem prorrogar indefinidamente a validade das patentes de medicamentos, mantendo o monopólio do produto original. Mas isso pode mudar, desde que o prazo de validade da propriedade de patentes fique limitado a 20 anos. É o que prevê o projeto de lei (PLS 437/2018), de autoria do senador José Serra (P-SDB-SP), aprovado na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) no último dia 10 de julho. O texto seguiu para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e, em seguida, passará pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), à qual caberá decisão terminativa, informou a agência Senado.

Se o projeto de lei for aprovado, a **Anvisa** desempenhará um papel mais atuante e passará a avaliar o pedido de patentes de medicamentos com base em interesses sanitários. O relator na CAS, senador Romário (Podemos-RJ), considera que com a limitação da propriedade, o ingresso de medicamentos genéricos no mercado será facilitado.

"Por meio dessas estratégias de prorrogação da validade da patente, a indústria retarda a chegada de medicamentos genéricos no mercado e prolonga seus ganhos econômicos advindos do monopólio do produto original. Isso prejudica tanto os consumidores,

diretamente, quanto as políticas públicas de assistência farmacêutica, nas quais o principal comprador de medicamentos é o governo. Nesse contexto, as medidas previstas no projeto em análise reforçam o papel da **Anvisa** e sua obrigação de avaliar os pedidos de patente sob a perspectiva do interesse sanitário", considerou Romário.

Adaptação da legislação

A proposta adapta a legislação brasileira ao Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips, sigla em inglês), da Organização Mundial do Comércio (OMC), do qual o Brasil é signatário.

"O Trips - assinado pelo Brasil, Estados Unidos, União Europeia, Japão e outras nações em 1994 - , prevê que o direito de propriedade sobre uma criação intelectual, uma patente, se extingue passados 20 anos do registro", explica o senador José Serra, na justificativa do projeto:

Está previsto no acordo a possibilidade de os países retirarem de suas legislações as proteções ampliadas que prejudicam a concorrência e colocam em risco o acesso aos medicamentos.

O projeto de lei prevê alterar a Lei no 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para dispor sobre a anuência prévia da **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária e revogar a possibilidade de extensão da vigência de patentes além do prazo regular contado da data de depósito, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para dispor sobre a competência da Agência de avaliar a concessão de patente para produto ou processo farmacêutico.

Continuação: Senado começa analisar redução no prazo da patente de remédios

Explicação da ementa:

Condiciona o exame de patentes de produtos e processos farmacêuticos pelo **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial à prévia anuência da **Anvisa**. Os dez maiores laboratórios de genéricos do país em vo-

lume são: EMS, Pharma, Neo Química, Teuto Brasileiro, Medley, Eurofarma, Germed, Pharma, Cimed, Aché, Sandoz e Prati-Donaduzzi.

Siga o Monitor no twitter.com/sigaomonitor

Anvisa realiza nesta quarta audiência pública sobre a liberação do cultivo de Cannabis medicinal e científico

A **Anvisa** aprovou em 11 de junho duas propostas preliminares sobre a liberação do cultivo da Cannabis sativa no Brasil para fins medicinais e científicos

A realiza nesta quarta-feira (31), em audiência pública sobre as propostas para regulamentar o **cultivo de cannabis** para fins medicinais e científicos no Brasil. O evento ocorrerá em duas etapas, uma parte pela manhã e outra à tarde.

A discutirá consulta pública que trata dos requisitos para o cultivo da planta por empresas farmacêuticas, única e exclusivamente para fins medicinais e científicos. Na , será tratada a que propõe os procedimentos para o registro e monitoramento de medicamentos produzidos à base da Cannabis medicinal. As duas consultas estão abertas desde 21 de junho e seguem até 19 de agosto.

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | Anvisa
3, 7, 9, 11

Pirataria
4

Inovação
5

Marco regulatório | INPI
9